



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

ANO 2026

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. Aos doze (12) dias do mês de março (02) do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 09h05min, na Sala de Comissões Vereador Júlio Pinheiro, constatado o *quórum* regimental, o Presidente, Vereador Sargento Joelson, deu início à 2ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Regularização Fundiária da Câmara Municipal de Cuiabá. Registrou-se a presença dos seguintes membros: Vereador Sargento Joelson (Presidente), Vereador Cezinha Nascimento (Vice-Presidente) e Vereador Marcrean Santos (Membro). Registrou-se, ainda, a presença do Vereador Eduardo Magalhães. Na abertura dos trabalhos, o Presidente informou que a leitura da ata da sessão anterior seria postergada para a próxima reunião. Em seguida, passou-se à pauta da reunião, a qual se concentrou na análise crítica sobre a morosidade na entrega de títulos definitivos e na necessidade de intensificar a fiscalização das atividades da Secretaria Municipal de Habitação e dos cartórios, com destaque para os seguintes pontos debatidos: (1) Balanço de Entregas: O Presidente pontuou que, após 01 (um) ano e 03 (três) meses da atual gestão, foram entregues apenas aproximadamente 150 (cento e cinquenta) títulos que já se encontravam prontos desde a administração passada. Ressaltou-se que esse volume é insuficiente, considerando-se a estimativa de cerca de 8.000 (oito mil) processos concluídos na gestão anterior, sob a coordenação do então Secretário e atual membro desta Comissão, Vereador Marcrean Santos. (2) Morosidade e Prazos Legais: O Vereador Marcrean Santos lembrou que, por força de lei e em razão de convênios anteriormente firmados com o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT), os cartórios teriam o prazo máximo de 40 (quarenta) dias para a devolução dos títulos registrados. O parlamentar manifestou estranheza com a retenção de documentos por períodos superiores a 06 (seis) meses e sugeriu fiscalização direta nos cartórios e no TJMT. (3) Investigação em Âmbito Estadual: Foi mencionada a discussão em curso na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) acerca da criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o represamento de mais de 45.000 (quarenta e cinco mil) títulos em cartórios de todo o Estado, situação que pode estar refletindo diretamente no contexto do Município de Cuiabá. Após as discussões, foram colocadas em votação e aprovadas, por unanimidade, totalizando 03 (três) votos favoráveis, as seguintes deliberações: (a) Expedição de Ofício: Envio de documento oficial à





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

Secretaria Municipal de Habitação solicitando o detalhamento quantitativo de títulos enviados aos cartórios, as respectivas datas de encaminhamento e a relação dos bairros contemplados; (b) Convite à Empresa Geogis: Convocação/convite aos representantes da empresa Geogis, responsável pelos levantamentos e cadastramentos, para que compareçam à reunião ordinária do mês de abril de 2026, a fim de esclarecer quais trabalhos foram efetivamente entregues ao município; (c) Fiscalização In Loco: Planejamento de visitas desta Comissão aos cartórios e ao Núcleo de Regularização Fundiária do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso para apurar as causas dos atrasos nos registros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião. Esta é a Ata que se lavrou pela equipe técnica da Secretaria de Comissões Permanentes e que, após lida e aprovada em reunião posterior, será assinada pelo Presidente da Comissão e demais membros, nos termos regimentais.

Vereador Sargento Joelson

Presidente da Comissão Permanente de Regularização Fundiária

Biênio 2025/2026

